



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2017



**FORNOS DE  
ALGODRES**  
MUNICÍPIO

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and a circled 'R' at the bottom.*

## I – INTRODUÇÃO

### Nota Prévia

Conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, são competências do Presidente da Câmara Municipal, submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, os documentos de prestação de contas.

Em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2017, que procura refletir as origens das receitas e despesas do Município de Fornos de Algodres, bem como uma análise relativamente à sua situação económica e financeira.

### Estrutura Política

A composição política dos órgãos municipais sofreu alterações em relação ao ano transato, em virtude das eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017.

Até 20 de Outubro de 2017, a Câmara Municipal teve a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Alexandre Filipe Fernandes Lote – PS

Vereador – João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa – PSD

Vereador – José Fernando Almeida Tomaz – PSD

Com a tomada de posse a 20 de outubro de 2017, a Câmara Municipal passou a ter a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – Bruno Henrique Figueiredo Costa – PS

Vereador – Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues – PSD

## Enquadramento Macroeconómico

O Banco de Portugal nas suas projeções macroeconómicas para a Economia Portuguesa para o período de 2017 a 2020 prevê que esta deverá manter uma trajetória de expansão ao longo do horizonte de projeção, apresentando um ritmo de crescimento em linha com o atualmente projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para o conjunto da área do euro. Após um aumento de 2,7% em 2017, o produto interno bruto (PIB) português deverá crescer 2,3% em 2018, 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020.

A economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento económico e financeiro favorável, incluindo um crescimento robusto da procura externa, em torno de 4%, uma orientação acomodaticia da política monetária da área do euro – num quadro de redução gradual dos estímulos não convencionais adotados nos últimos anos, bem como uma manutenção das condições de financiamento dos agentes económicos.

Após a mais recente fase recessiva, sem precedentes na economia portuguesa, a atividade económica continuará a recuperar, apresentando um crescimento superior ao potencial no período 2018-20. A generalidade das projeções sugere que o hiato do produto deixará de ser negativo a partir de 2018. Esta evolução está sustentada no forte desempenho das exportações de bens e serviços, no dinamismo da formação bruta de capital fixo (FBCF) e no crescimento do consumo privado, que será, em média, ligeiramente inferior ao crescimento do PIB.

Comparando com 2008 – período anterior à recessão associada à mais recente crise financeira internacional – o produto real deverá ser 4,7% superior em 2020, um incremento de magnitude próxima da projetada para o consumo privado (4,0%) e para a FBCF empresarial (6,4%).

Por seu turno, as exportações ascenderão no final do horizonte a um nível 70% superior ao observado antes da crise financeira internacional, sendo que as exportações de turismo mais que duplicam. Esta evolução contribui para o aumento do grau de abertura da economia portuguesa, que é acompanhado pela manutenção de um excedente da balança corrente e de capital de cerca de 2% do PIB, em média, no período 2018-20.

A inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), diminuiu de 1,6% em 2017 para 1,2% em 2018, aumentando gradualmente no período 2019-20. Comparando com as projeções mais recentes para a área do euro, antecipa-se uma evolução dos preços ligeiramente inferior à projetada para a área do euro.

Dada a evolução cíclica projetada para a economia portuguesa, espera-se que as pressões inflacionistas aumentem ao longo do horizonte de projeção, refletindo a transmissão do aumento dos custos salariais e

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



## Síntese de Resultados

Em termos sintéticos destaca-se:

- ✓ O facto do Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita de 98,55%;
- ✓ O aumento da receita corrente em 2,67 % deve-se essencialmente ao aumento da rubrica Outras Receitas Correntes;
- ✓ A receita de capital é superior, em 6.564,92%, relativamente a 2016, ou seja, cerca de 27.539.461 €, fundamentalmente pela variação positiva dos passivos Financeiros (Empréstimo FAM);
- ✓ O aumento das despesas com pessoal em 0,4 % deveu-se sobretudo ao aumento da rubrica "Encargos com a Saúde" (3.834€);
- ✓ A diminuição de 8,64 % face ao ano transato na aquisição de bens e serviços, o que totaliza 101.449,71€;
- ✓ A diminuição de 12,57% face ao ano transato nas aquisições de bens de capital, que totaliza 83.312,17€;
- ✓ A redução da dívida de médio e longo prazo foi de 831.540€.

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 69.762€.

Por fim, uma nota para os recursos humanos que, superou a meta de 2% de redução de pessoal, imposta pela Lei do Orçamento de Estado 2016.

O artigo 65.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro determina em termos de redução de trabalhadores nas autarquias locais, no mínimo, em 2 % o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2016. Em 31 dezembro de 2016 o Município de Fornos de Algodres registava um total de 88 colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2017 o número de colaboradores do Município de Fornos de Algodres fixava-se em 86.

*[Handwritten signature]*  
FAL  
*[Handwritten mark]*  
B

## II – RELATÓRIO FINANCEIRO

### ANÁLISE ORÇAMENTAL

#### 1. Principais Evidências

**Quadro 1 - Indicadores**

Indicador	2014	2015	2016	2017
<b>Receita</b>				
Crescimento da receita total	-13,39%	7,48%	3,81%	558,80%
Receitas correntes / Receitas Totais	91,96%	92,07%	89,18%	16,38%
Crescimento das receitas correntes	-7,98%	7,60%	0,56%	2,67%
Receitas Fiscais / Receitas correntes	13,21%	13,88%	12,41%	11,53%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	90,80%	93,26%	95,99%	98,00%
<b>Despesa</b>				
Crescimento da despesa total	13,74%	2,59%	4,31%	565,57%
Despesas correntes / Despesa total	74,38%	68,01%	61,55%	11,80%
Crescimento das despesas correntes	-13,55%	-6,20%	-5,60%	8,46%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	42,78%	46,77%	47,70%	44,14%
Despesas com Aquisição de bem e serviços / Despesas correntes	36,21%	33,12%	32,79%	32,84%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	87,84%	87,40%	90,43%	87,04%
<b>Equilíbrio orçamental e Dívida</b>				
Saldo corrente / Receitas correntes	18,62%	29,06%	38,22%	29,64%
Serviço da dívida / Receitas correntes	40,22%	37,53%	37,32%	523,63%

Os rácios orçamentais registam, em 2017, um acréscimo da receita total em 558,80% e a despesa total aumentou em cerca de 565,57.

O peso das receitas fiscais sobre as receitas correntes sofreu uma diminuição de 0,88 % em relação ao ano anterior.

Ao nível das despesas totais do Município de Fornos de Algodres verifica-se, no ano em apreço, um aumento de 565,57 % por força do enquadramento contabilístico da liquidação do Plano de Reequilíbrio Financeiro através da entrada em vigor do Plano de Ajustamento Municipal.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, foram respetivamente de 98,00% e 87,04%

*[Handwritten signatures and initials]*

## 2. Equilíbrio Orçamental

### 2.1. Equilíbrio Corrente

**Quadro 2 – Poupança Corrente do Exercício**

Designação	2017	2016	Variação
	€	€	16-17
Receita corrente executada	5 522 139	5 378 541	2,67%
Despesa corrente executada	3 885 198	3 582 143	8,46%
<b>Poupança corrente executada</b>	<b>1 636 942</b>	<b>1 796 398</b>	<b>-8,88%</b>
Dívida corrente transitada da gerência anterior	4 038	11 167	-63,84%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	-121 616	-119 514	1,76%
Receita corrente liquidada e não cobrada no exercício	117 924	43 557	170,74%
<b>Poupança corrente do exercício</b>	<b>1 637 287</b>	<b>1 731 607</b>	<b>-5,45%</b>

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Tal facto verificou-se no exercício do ano 2017.

A poupança corrente bruta acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2017, é de 1.637.287€.

### 2.2. Equilíbrio Efetivo

**Quadro 3 – Saldo Global Efetivo**

Designação	2017	2016	Variação
	€	€	16-17
Receitas Correntes	5 522 139	5 378 541	2,67%
Receitas de capital (Efetivas)	27 958 956	419 494	6564,92%
<b>Receita efetiva</b>	<b>33 481 095</b>	<b>5 798 035</b>	<b>477,46%</b>
Despesas correntes	3 885 198	3 582 143	8,46%
Despesas de capital (efetivas)	29 031 874	2 237 992	1197,23%
<b>Despesa efetiva</b>	<b>32 917 071</b>	<b>5 820 135</b>	<b>465,57%</b>
Saldo corrente	1 636 942	1 796 398	8,88%
Saldo de capital	-1 072 918	-1 818 498	-41,00%
Saldo da Gerência Anterior	217 949	233 177	93,47%
<b>Saldo global efetivo</b>	<b>781 973</b>	<b>211 077</b>	<b>270,47%</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

Verificou-se equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros) e Saldo da Gerência Anterior, em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

### 3. Análise da Despesa

#### 3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

**Quadro 4 – Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa Segundo a Natureza Económica**

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e revisões			Dotação Final		Variação	
	Valor		Reforços	Deduções	Valor	Peso			
	€		€	€	€	%	€	%	
Despesas com pessoal	1 734 153		57 349	38 434	1 753 069	5,1%	18 916	1,1%	
Aquisição de bens e serviços	1 750 380		390 588	352 807	1 788 161	5,2%	37 781	2%	
Juros e outros encargos	451 239		355 351	263 997	542 593	1,6%	91 354	20%	
Transferências correntes	198 038		174 887	11 990	360 935	1,1%	162 897	82%	
Outras despesas correntes	12 200		10 000	3 063	19 137	0,1%	6 937	57%	
<b>Despesas correntes</b>	<b>4 146 010</b>		<b>988 175</b>	<b>670 291</b>	<b>4 463 895</b>	<b>13,1%</b>	<b>317 885</b>	<b>8%</b>	
Aquisição de bens de capital	1 498 248		1 013 478	1 229 209	1 282 517	3,8%	-215 731	-14%	
Transferências de Capital	1 000		19 000	0	20 000		19 000	1900%	
Ativos Financeiros	45 702		0	0	45 702	0,1%	0	0%	
Passivos financeiros	349 040		28 280 398	242 867	28 386 571	83,0%	28 037 531	8033%	
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 893 990</b>		<b>29 312 876</b>	<b>1 472 076</b>	<b>29 734 790</b>	<b>86,9%</b>	<b>27 840 800</b>	<b>1470%</b>	
<b>Total</b>	<b>6 040 000</b>		<b>30 301 051</b>	<b>2 142 367</b>	<b>34 198 684</b>	<b>100,0%</b>	<b>28 158 684</b>	<b>466%</b>	

No decurso de 2017, registaram-se 15 modificações e 2 revisões ao orçamento (uma para inserção do Saldo da Gerência Anterior, a outra para inserção do empréstimo do FAM).

As 15 alterações orçamentais no seu conjunto, não alteraram o valor global do orçamento, mas as revisões orçamentais aumentaram o orçamento inicial em 27.645.240€, sobretudo, devido ao enquadramento contabilístico da liquidação do Plano de Reequilíbrio Financeiro.





### 3.2. Execução Orçamental da Despesa

**Quadro 5 – Despesa por Classificação Económica**

Capítulos	Despesa Orçada € 1	Despesa comprometida /Realizada € 2	Despesa Paga € 3	Desvio € 4=3-1	Taxa de Execução % 5=3/1	Despesa realizada e não paga € 6=2-3
Despesas com pessoal	1 753 069	1 714 753	1 714 753	-38 316	98%	0
Aquisição de bens e serviços	1 788 161	1 397 473	1 275 857	-512 304	71%	121 616
Juros e outros encargos	542 593	529 149	529 149	-13 443	98%	0
Transferências correntes	360 935	346 961	346 961	-13 974	96%	0
Outras despesas correntes	19 137	18 478	18 478	-660	97%	0
<b>Despesas correntes</b>	<b>4 463 895</b>	<b>4 006 814</b>	<b>3 885 198</b>	<b>-578 697</b>	<b>87%</b>	<b>121 616</b>
Aquisição de bens de capital	1 282 517	639 714	579 601	-702 916	45%	60 113
Transferências de Capital	20 000	20 000	20 000	0	100%	0
Ativos Financeiros	45 702	45 702	45 702	0	100%	0
Passivos financeiros	28 386 571	28 386 571	28 386 571	0	100%	0
<b>Despesas de capital</b>	<b>29 734 790</b>	<b>29 091 987</b>	<b>29 031 874</b>	<b>-702 916</b>	<b>98%</b>	<b>60 113</b>
<b>Total</b>	<b>34 198 684</b>	<b>33 098 800</b>	<b>32 917 071</b>	<b>-1 281 613</b>	<b>96%</b>	<b>181 729</b>

As despesas correntes representaram 11,80% do total executado e as despesas de capital 88,20%. Nas despesas correntes, são as despesas com pessoal que têm maior peso, logo seguidas das despesas com aquisição de bens e serviços. As aquisições de bens e serviços são as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo foi de 512.304€. Em contrapartida, a dívida corrente a transitar para 2018 é de 121.616€. Em termos de execução, o desvio das despesas de capital está registado na rubrica aquisição de bens de capital e apresenta um desvio negativo de 702.916€.



### 3.3. Evolução da Despesa

**Quadro 6 – Evolução da Despesa Global Realizada e Paga**

Capítulos	Pago 2017			Realizado 2017			Pago 2016			Realizado 2016		
	Valor €	Peso %		Valor €	Peso %		Valor €	Peso %	Varição 16-17	Valor €	Peso %	Varição 16-17
Despesas com pessoal	1 714 753	5,2%		1 714 753	5,2%		1 708 656	29,4%	0,4%	1 709 080	28,6%	0,3%
Aquisição de bens e serviços	1 275 857	3,9%		1 397 473	4,2%		1 174 407	20,2%	8,6%	1 289 692	21,6%	8,4%
Juros e outros encargos	529 149	1,6%		529 149	1,6%		567 240	9,7%	-6,7%	569 045	9,5%	-7,0%
Transferências correntes	346 961	1,1%		346 961	1,0%		123 064	2,1%	181,9%	125 064	2,1%	177,4%
Outras despesas correntes	18 478	0,1%		18 478	0,1%		8 775	0,2%	110,6%	8 775	0,1%	110,6%
<b>Despesas correntes</b>	<b>3 885 198</b>	<b>11,8%</b>		<b>4 006 814</b>	<b>12,1%</b>		<b>3 582 143</b>	<b>61,5%</b>	<b>8,5%</b>	<b>3 701 657</b>	<b>61,9%</b>	<b>5,0%</b>
Aquisição de bens de capital	579 601	1,8%		639 714	1,9%		662 913	11,4%	-12,6%	706 662	11,8%	-9,5%
Transferências de Capital	20 000	0,1%		20 000	0,1%		0	0,0%	n/a	0	0,0%	n/a
Ativos Financeiros	45 702	0,1%		45 702	0,1%		45 702	0,8%	0,0%	45 702	0,8%	0,0%
Passivos financeiros	28 386 571	86,2%		28 386 571	85,8%		1 439 796	24,7%	1871,6%	1 439 796	24,1%	1871,6%
Outras Despesas de Capital	0	0,0%		0	0,0%		89 582	0,0%	n/a	89 582	0,0%	n/a
<b>Despesas de capital</b>	<b>29 031 874</b>	<b>88,2%</b>		<b>29 091 987</b>	<b>87,9%</b>		<b>2 237 992</b>	<b>38,5%</b>	<b>1197,2%</b>	<b>2 281 741</b>	<b>38,1%</b>	<b>1175,0%</b>
<b>Total</b>	<b>32 917 071</b>	<b>100%</b>		<b>33 098 800</b>	<b>100,0%</b>		<b>5 820 135</b>	<b>100%</b>	<b>465,6%</b>	<b>5 983 398</b>	<b>100%</b>	<b>453,2%</b>

*(Handwritten signatures and initials)*



Em 2017 a despesa realizada aumentou 27.115.402 € e a despesa paga aumentou 27.096.436 €, face ao ano anterior, devido à liquidação do empréstimo do Plano de Reequilíbrio Financeiro. Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2017, resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2018, de 181.729 €.

### Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente

As despesas correntes realizadas em 2017(4.006.814€) foram superiores às de 2016 (3.701.657 €) em cerca de 305.157 €. Os valores realizados e os valores pagos aumentaram 8,24% e 8,46%, respetivamente.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços, que na despesa orçada representam 5,13% e 5,23% e na despesa paga representam 5,21% e 3,88% respetivamente.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo.

**Quadro 7 – Evolução da Despesa com Pessoal**

Despesas com Pessoal	2017		2016		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	16-17	
	€	%	€	%	€	%
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>	<b>1 312 532</b>	<b>77,0%</b>	<b>1 317 294</b>	<b>77,6%</b>	<b>-4 761</b>	<b>-0,4%</b>
Titulares órgãos soberania e memb. Órgãos Autárquicos	124 229	7,3%	122 864	7,2%	1 366	1,1%
Pessoal dos quadros-Reg. Cont. indivi. de trabalho	889 482	52,2%	879 623	51,8%	9 859	1,1%
Pessoal contratado a termo	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0,0%	16 628	1,0%	-16 628	-100,0%
Pessoal aguardando aposentação	850	0,0%	0	0,0%	850	100,0%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Representação	30 484	1,8%	25 005	1,5%	5 479	21,9%
Subsídio de refeição	88 370	5,2%	91 592	5,4%	-3 221	-3,5%
Subsídio de férias e Natal	171 097	10,0%	166 309	9,8%	4 788	2,9%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	8 020	0,5%	15 273	0,9%	-7 253	-47,5%
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>	<b>9 170</b>	<b>0,5%</b>	<b>9 283</b>	<b>0,5%</b>	<b>-113</b>	<b>-1,2%</b>
Horas extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ajudas de Custo	1 422	0,1%	2 226	0,1%	-804	-36,1%
Abono para falhas	2 993	0,2%	2 722	0,2%	271	9,9%

Despesas com Pessoal	2017		2016		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	16-17	
	€	%	€	%	€	%
Formação	420	0,0%	0	0,0%	420	0,0%
Indemnizações por cessação de funções	0	0,0%	0	0,0%	0	100,0%
Outros suplementos e prémios	4 335	0,3%	4 335	0,3%	0	0,0%
<b>Segurança social:</b>	<b>383 105</b>	<b>22,5%</b>	<b>370 897</b>	<b>21,8%</b>	<b>12 209</b>	<b>3,3%</b>
Encargos com a saúde	52 983	3,1%	49 149	2,9%	3 834	7,8%
Outros encargos com a saúde	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	10 493	0,6%	11 589	0,7%	-1 096	-9,5%
Outras prestações familiares	0	0,0%	428	0,0%	-428	0,0%
Contribuições para a segurança social	288 761	16,9%	287 097	16,9%	1 664	0,6%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	4 842	0,3%	0	0,0%	4 842	n/a
Seguros	26 025	1,5%	22 633	1,3%	3 391	15,0%
<b>Total</b>	<b>1 704 808</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 697 473</b>	<b>100,0%</b>	<b>7 334</b>	<b>0,4%</b>

As despesas com pessoal apresentam em 2017, uma variação positiva de 7.334€ relativamente ao ano anterior.

O ligeiro aumento dos encargos com pessoal reflete-se nas rubricas Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais (4.842€) e Encargos com a Saúde (3.834€).

O acréscimo na rubrica de Seguros prende-se com os trabalhadores, que integraram o programa contrato emprego inserção.

### Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital

As despesas de capital, orçadas para 2017 (29.734.790€) foram superiores às de 2016 (2.351.976€).

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*

**Quadro 8 – Evolução das Despesas de Investimento Total**

Rubricas	2017	2016	Variação	
	Valor	Valor	16-17	
	€	€	€	%
<b>Habitções</b>	<b>77 691,95</b>	<b>110 094,04</b>	<b>-32 402,09</b>	<b>-29%</b>
Reparação e Beneficiação	77 691,95	110 094,04	-32 402,09	-29%
<b>Construções Diversas</b>	<b>328 569,27</b>	<b>283 851,17</b>	<b>44 718,10</b>	<b>16%</b>
Viadutos, arruamentos e obras complementares	211 013,34	108 463,25	102 550,09	95%
Iluminação Pública	61 844,73	66 777,29	-4 932,56	-7%
Sinalização e Trânsito	6 020,85	5 318,52	702,33	13%
Outros	49 690,35	103 292,11	-53 601,76	-52%
<b>Equipamento de Informática</b>	<b>20 546,46</b>	<b>5 861,38</b>	<b>14 685,08</b>	<b>251%</b>
<b>Software Informático</b>	<b>21 440,75</b>	<b>32 691,75</b>	<b>-11 251,00</b>	<b>-34%</b>
<b>Equipamento administrativo</b>	<b>0,00</b>	<b>3 821,61</b>	<b>-3 821,61</b>	<b>-100%</b>
<b>Equipamento básico</b>	<b>11 146,14</b>	<b>6 006,71</b>	<b>5 139,43</b>	<b>86%</b>
Equipamento de recolha de resíduos	0,00	0,00	0,00	n/a
Outro	11 146,14	6 006,71	5 139,43	86%
<b>Ferramenta e Utensílios</b>	<b>869,50</b>	<b>6 699,62</b>	<b>-5 830,12</b>	<b>-87%</b>
<b>Investimentos incorpóreos</b>	<b>8 689,95</b>	<b>18 828,84</b>	<b>-10 138,89</b>	<b>-54%</b>
<b>Outros Investimentos</b>	<b>10 004,91</b>	<b>6 994,89</b>	<b>3 010,02</b>	<b>143%</b>
<b>Total</b>	<b>478 958,93</b>	<b>474 850,01</b>	<b>4 108,92</b>	<b>1%</b>

Em termos do investimento global, o valor pago atingiu o montante 478.957,93€, que representa um acréscimo de 4.108,92 € face a 2016.



**Quadro 9 – Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município**

Designação	2017		2016	
	Valor	Peso	Valor	Peso
	€	%	€	%
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	<b>401 950,00</b>	<b>100%</b>	<b>416 744,00</b>	<b>100%</b>
-Fundos Comunitários	401 950,00	100%	389 358,00	93%
- Contratos de comparticipação / Protocolos	0,00	0%	27 386,00	7%
Receitas próprias	0,00	0%	0,00	0%
<b>Investimento Pago</b>	<b>401 950,00</b>	<b>100%</b>	<b>474 850,01</b>	<b>100%</b>

**Quadro 10 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**

Objetivo	Orçado	Realizado		Pago
	Valor	Valor	Taxa de Execução	Valor
	€	€	%	€
	(1)	(2)	(3) = (2) / (1)	(4)
Ação Social	35 604,32	31 462,17	88,37%	14 022,54
Educação	387 987,09	15 982,05	4,12%	15 982,05
Promoção do Debate	30 000,00	10 004,91	33,35%	10 004,91
Requalificação/Adaptação dos Serviços Municipais	37 401,95	36 807,32	98,41%	36 568,32
Ambiente e Regeneração Urbana	686 719,69	490 072,34	71,36%	452 324,89
Cultura Desporto e Juventude	48 180,54	46 367,92	96,24%	41 680,88
Turismo	53 146,11	5 605,11	10,55%	5 605,11
Proteção Civil	3 477,01	3 411,99	98,13%	3 411,99
<b>Total</b>	<b>1 282 516,71</b>	<b>639 713,81</b>	<b>49,88%</b>	<b>579 600,69</b>

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a função de Ambiente e Regeneração Urbana absorveu 490.072,34€ equivalente a 76,61% do investimento total.

Dos 490.072,34 € aplicados no Ambiente e Regeneração Urbana, 294.167,39 € foram para Reabilitação, 82.310,44 € para Urbanismo, 61844,73 para Ambiente e 51.749,78 € para Valorização.

**3.3. Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres**

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um acréscimo de 269.217,93 €, resultado da variação positiva da rubrica Outras. As transferências correntes para as Instituições sem fins lucrativos em termos orçamentais, são classificadas como subsídios.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**Quadro 11 – Estrutura das Transferências**

Transferências	2017				2016	
	Realizado		Pago		Realizado	
	€	%	€	%	€	%
<b>Transferências correntes</b>	<b>346 960,98</b>	<b>94,5%</b>	<b>346 960,98</b>	<b>94,5%</b>	<b>97 743,05</b>	<b>100,0%</b>
Freguesias	31 376,46	8,6%	31 376,46	8,6%	35 047,72	35,9%
Associações de Municípios	4 258,16	1,2%	4 258,16	1,2%	4 227,72	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	94 012,15	25,6%	94 012,15	25,6%	62 695,33	64,1%
Outras	217 314,21	59,2%	217 314,21	59,2%	23 093,38	23,6%
<b>Transferências de Capital</b>	<b>20 000,00</b>	<b>5,5%</b>	<b>20 000,00</b>	<b>5,5%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
Freguesias	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	20 000,00	5,5%	20 000,00	5,5%	0,00	0,0%
<b>Total</b>	<b>366 960,98</b>	<b>100%</b>	<b>366 960,98</b>	<b>100%</b>	<b>97 743,05</b>	<b>100%</b>

**Quadro 12 – Transferências para as Freguesias**

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições	Apoio á atividade das Freguesias	Total
	€	€	€
Algodres	72,59	2 338,40	2 410,99
Casal Vasco	69,58	1 473,52	1 543,10
Figueiró da Granja	73,90	2 672,46	2 746,36
Fornos de Algodres	100,60	3 537,35	3 637,95
Infias	69,32	626,93	696,25
Maceira	70,30	1 880,79	1 951,09
Matança	70,20	3 150,67	3 220,87
Muxagata	71,13	2 320,10	2 391,23
Queiriz	71,41	2 514,59	2 586,00
União Cortiço e Vila Chã	69,20	1 862,49	1 931,69
União Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro	81,96	4 704,26	4 786,22
União Sobral Pichorro e Fuinhas	72,32	3 402,36	3 474,68
<b>Total</b>	<b>892,51</b>	<b>30 483,92</b>	<b>31 376,43</b>

As transferências para as Juntas de Freguesia correspondem a 31.376,43€ e decorrem sobretudo do apoio à atividade das freguesias, no âmbito do protocolo de delegação de competências.



**Quadro 13 – Transferências por Entidades**

Entidade	2017	2016	Variação 16-17	
<b>Associações</b>				
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	0,00	4 227,72	-4 227,72	n/a
Associação Human. Bombeiros Voluntários FAG	26 330,00	18 774,33	7 555,67	140,2%
Associação Desportiva de Fornos de Algodres	33 480,00	15 331,00	18 149,00	218,4%
Associação de Promoção S.C. D. Fornos de Algodres	0,00	571,00	-571,00	n/a
Associação Promoção S.R.D.H. Maceira	809,65	571,00	238,65	141,8%
Associação de Promoção Social, Recreativa e Desportiva de Vila Ruiva	0,00	100,00	-100,00	n/a
A.V.S.C. - Associação Social, Cultural e Recreativa de Vila Soeiro do Chão	535,36	0,00	535,36	n/a
Associação para o Desenvolvimento Muxagata	0,00	2 000,00	-2 000,00	n/a
Associação Cultural e Recreativa da Aldeia de Fuinhas	50,00	0,00	50,00	n/a
Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha	22 347,16	0,00	22 347,16	n/a
Associação Melhoramentos Social Cultural da Mata	50,00	0,00	50,00	n/a
<b>Subtotal</b>	<b>83 602,17</b>	<b>41 575,05</b>	<b>42 027,12</b>	<b>101,1%</b>
<b>Outros</b>				
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	3 810,00	17 400,00	-13 590,00	-78,1%
Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres	2 295,00	2 445,00	-150,00	-6,1%
Fábrica Igreja Paroquial de Fornos de Algodres	50,00	500,00	-450,00	-90,0%
Fábrica Igreja Paroquial da Freguesia de Infias	50,00	0,00	50,00	n/a
Faculdade de Direito - Novos Fitados de Direito	50,00	0,00	50,00	n/a
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra	50,00	0,00	50,00	n/a
Liga dos Amigos de Figueiró da Granja	783,21	0,00	783,21	n/a
Liga dos Amigos de Vila Soeiro do Chão	50,00	0,00	50,00	n/a
Casa do Pessoal da Câmara Municipal Fornos de Algodres	579,97	571,00	8,97	1,6%
Casa do Sport Lisboa e Benfica de Fornos de Algodres	578,32	0,00	578,32	n/a
CEKS Clube de Escolas de Karaté Shukokai	0,00	520,00	-520,00	n/a
Clube Rodas do Inferno	537,01	621,00	-83,99	-13,5%
Confraria da Urtiga de Fornos de Algodres	617,98	571,00	46,98	8,2%
Liga dos Amigos de Sobral Pichorro	0,00	720,00	-720,00	n/a
Centro Alcoólicos Recuperados da Guarda	300,00	0,00	300,00	n/a
Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Verdes	50,00	0,00	50,00	n/a
Grupo de Amigos da Terra do Vasco	558,49	0,00	558,49	n/a
Programas CEI	205 870,91	14 455,70	191 415,21	1324,2%
Bolsas de Estudo	9 520,00	5 950,00	3 570,00	60,0%
Programa Emergência Social	1 923,33	2 687,68	-764,35	-28,4%
<b>Subtotal</b>	<b>227 674,22</b>	<b>46 441,38</b>	<b>181 232,84</b>	<b>390,2%</b>
<b>Total</b>	<b>311 226,46</b>	<b>88 016,43</b>	<b>223 259,96</b>	<b>253,66%</b>



*[Handwritten signatures and initials]*

A variação positiva de 223.259,96€, deve-se essencialmente à nova classificação dos Programas CEI, e ao protocolo estabelecido com a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha (ADIRAM), para realização do Festival da Biodiversidade sendo esta despesa comparticipada a 80%.

#### 4. Análise da Receita

##### 4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

**Quadro 12 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação**

Designação	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final
	€	€	€
Receitas Correntes	5 634 830	0	5 634 830
Receitas de Capital	405 170	28 158 684	28 563 854
<b>Total</b>	<b>6 040 000</b>	<b>28 158 684</b>	<b>34 198 684</b>

A comparação entre o orçamento inicial e final permite aferir da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

##### 4.2. Execução Orçamental da Receita

**Quadro 13 – Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica**

Designação	Orçado	Liquidado	Cobrado	Desvio	Taxa de Execução
	€	€	€	€	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(1)	(5)=(3)/(1)
Impostos Diretos	672 000,00	653 781,20	636 813,78	-35 186,22	94,76%
Impostos Indiretos	4 350,00	1 542,65	1 542,65	-2 807,35	35,46%
Taxas, multas e outras penalidades	112 430,00	122 194,55	107 314,26	-5 115,74	95,45%
Rendimentos de propriedade	230 640,00	189 061,45	189 061,45	-41 578,55	81,97%
Transferências Correntes	4 007 040,00	3 931 709,02	3 931 709,02	-75 330,98	98,12%
Venda de bens e serviços correntes	454 370,00	470 013,46	410 194,52	-44 175,48	90,28%
Outras receitas correntes	154 000,00	245 503,46	245 503,46	91 503,46	159,42%
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 634 830,00</b>	<b>5 613 805,79</b>	<b>5 522 139,14</b>	<b>-112 690,86</b>	<b>98,00%</b>

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*  
*[Handwritten mark]*

Designação	Orçado € (1)	Liquidado € (2)	Cobrado € (3)	Desvio € (4)=(3)-(1)	Taxa de Execução (5)=(3)/(1)
Vendas de bens de investimento	2 220,00	1 975,00	1 975,00	-245,00	88,96%
Transferências de capital	697 445,28	401 950,00	401 950,00	-295 495,28	57,63%
Passivos Financeiros	27 645 240,00	27 555 030,70	27 555 030,70	-90 209,30	99,67%
<b>Receitas de capital</b>	<b>28 344 905,28</b>	<b>27 958 955,70</b>	<b>27 958 955,70</b>	<b>-385 949,58</b>	<b>98,64%</b>
<b>Reposições n/abatidas nos pagamentos</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 064,21</b>	<b>3 570,00</b>	<b>2 570,00</b>	<b>357,00%</b>
Saldo da Gerência Anterior	217 948,83	217 948,83	217 948,83	0,00	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>34 198 684,11</b>	<b>33 791 774,53</b>	<b>33 702 613,67</b>	<b>-496 070,44</b>	<b>98,55%</b>

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas são inferiores no valor de 21.024,01€ em relação aos valores orçados, das quais se destacam as Transferências Correntes e os Rendimentos de Propriedade. No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 98,00%.

#### Quadro 14 – Receita Liquidada e Não Cobrada

Designação	Valor €
Receita orçada	34 198 684
Receita liquidada	33 791 775
Receita cobrada	33 702 614
<b>Receita liquidada e não cobrada</b>	<b>89 161</b>

A receita liquidada a terceiros e não cobrada ascende a 89.161€. Nos créditos a favor do Município de Fornos de Algodres estão refletidos, os montantes em débito de cobrança da fatura da água.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### 4.3. Evolução da Receita

**Quadro 15 – Evolução da Receita Global Cobrada**

Designação	2017	Peso	2016	Variação
	€	%	€	16-17
Impostos Diretos	636 813,78	1,90%	667 500,53	-4,60%
Impostos Indiretos	1 542,65	0,00%	1 744,25	-11,56%
Taxas, multas e outras penalidades	107 314,26	0,32%	110 534,25	-2,91%
Rendimentos de propriedade	189 061,45	0,56%	232 662,41	-18,74%
Transferências Correntes	3 931 709,02	11,74%	3 892 093,58	1,02%
Venda de bens e serviços correntes	410 194,52	1,23%	457 594,77	-10,36%
Outras receitas correntes	245 503,46	0,73%	16 410,74	1395,99%
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 522 139,14</b>	<b>16,49%</b>	<b>5 378 540,53</b>	<b>2,67%</b>
Vendas de bens de investimento	1 975,00	0,01%	2 750,00	-28,18%
Transferências de capital	401 950,00	1,20%	416 744,00	-3,55%
Passivos Financeiros	27 555 030,70	82,29%	0,00	n/a
<b>Receitas de capital</b>	<b>27 958 955,70</b>	<b>83,50%</b>	<b>419 494,00</b>	<b>6564,92%</b>
<b>Total das receitas s/ reposições</b>	<b>33 481 094,84</b>	<b>99,99%</b>	<b>5 798 034,53</b>	<b>477,46%</b>
<b>Reposições n/abatidas nos pagamentos</b>	<b>3 570,00</b>	<b>0,01%</b>	<b>78,50</b>	<b>4447,77%</b>
<b>Total das receitas com reposições</b>	<b>33 484 664,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>5 798 113,03</b>	<b>477,51%</b>
Saldo da gerência anterior	217 948,83	0,00%	233 177,10	0,00%
<b>Total</b>	<b>33 702 613,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 031 290,13</b>	<b>458,80%</b>

No ano de 2017 a receita cobrada aumentou em 27.671.323,54 €, face ao ano de 2016.

Este acréscimo, verificado em termos globais, decorre, da rúbrica Passivos Financeiros, referente á entrada do Capital do FAM, para pagamento na integra do empréstimo do Plano de Reequilíbrio Financeiro.



### Quadro 16 – Evolução da Estrutura da Receita Fiscal

Designação	2017				2016		
	Orçado	Executado		Desvío	Taxa de Execução	Executado	Variação
		€	€				
Imp. Mun. Sobre imóveis (IMI)	500 000,00	477 363,43	-22 636,57	95,47%	486 808,50	-1,94%	
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	90 000,00	91 508,73	1 508,73	101,68%	87 444,49	4,65%	
Imp. Mun. Sobre transm. Onerosas imóveis (IMT)	60 000,00	40 393,81	-19 606,19	67,32%	66 293,93	-39,07%	
Derrama	22 000,00	27 547,81	5 547,81	125,22%	26 953,61	2,20%	
<b>Impostos diretos</b>	<b>672 000,00</b>	<b>636 813,78</b>	<b>-35 186,22</b>	<b>94,76%</b>	<b>667 500,53</b>	<b>-4,60%</b>	
Mercados e feiras	100,00	0,00	100,00	0,00%	0,00	n/a	
Loteamentos e obras	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	n/a	
Ocupação da via pública	1 500,00	0,00	-1 500,00	0,00%	120,00	-100,00%	
Publicidade	1 300,00	0,00	-1 300,00	0,00%	435,40	-100,00%	
Outros	1 350,00	1 542,65	192,65	114,27%	1 188,85	29,76%	
<b>Impostos indiretos</b>	<b>4 350,00</b>	<b>1 542,65</b>	<b>-2 807,35</b>	<b>35,46%</b>	<b>1 744,25</b>	<b>-11,56%</b>	
Mercados e feiras	13 000,00	12 520,33	-479,67	96,31%	13 715,70	-8,72%	
Loteamentos e obras	8 500,00	8 149,00	-351,00	95,87%	8 993,50	-9,39%	
Ocupação da via pública	1 000,00	506,50	-493,50	50,65%	679,25	-25,43%	
Caça, uso e porte de arma	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	n/a	
Saneamento	30,00	0,00	-30,00	0,00%	0,00	n/a	
Outras	86 800,00	85 835,21	-964,79	98,89%	86 402,02	-0,66%	
Multas e outras penalidades	3 000,00	303,22	-2 696,78	10,11%	743,78	-59,23%	
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>112 430,00</b>	<b>107 314,26</b>	<b>-5 115,74</b>	<b>95,45%</b>	<b>110 534,25</b>	<b>-2,91%</b>	
<b>Total</b>	<b>788 780,00</b>	<b>745 670,69</b>	<b>-43 109,31</b>	<b>94,53%</b>	<b>779 779,03</b>	<b>-4,37%</b>	

*[Handwritten signature and initials]*

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a segunda parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo registado uma diminuição de 4,37 % em relação ao ano de 2016.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi inferior em 30.686,75€ ao executado em 2016, tendo uma evolução negativa de 4,60%, relativamente ao ano transato.

Nos impostos diretos, com uma execução superior, releva-se a Derrama, que registou um aumento de 5.547,81 €, face à previsão orçamental.

Dos restantes impostos diretos, destaca-se ainda uma diminuição, face ao valor orçado, do IMI no valor de 22.636,57€.

Nas taxas, multas e outras penalidades regista-se uma variação negativa de 2,91%, influenciadas pela rúbrica Mercados e Feiras. Esta evolução representa um decréscimo de 7.373,98€.

As receitas de capital registaram, em 2017, um acréscimo de 27.539.461,70 €, resultado da entrada do valor do empréstimo acordado com o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

#### Quadro 17 – Estrutura e Execução das Receitas de Capital

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	
Terrenos	40,00	0,00%	75,00	0,00%	35,00	187,50%
Habitacões	40,00	0,00%	0,00	0,00%	-40,00	0,00%
Edifícios	40,00	0,00%	0,00	0,00%	-40,00	0,00%
Outros bens de investimento	2 100,00	0,01%	1 900,00	0,01%	-200,00	90,48%
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>2 220,00</b>	<b>0,01%</b>	<b>1 975,00</b>	<b>0,01%</b>	<b>-245,00</b>	<b>88,96%</b>
Fundo de equilibrio financeiro	401 950,00	1,42%	401 950,00	1,44%	0,00	100,00%
FEDER	295 495,28	1,04%	0,00	0,00%	-295 495,28	0,00%
<b>Transferências de Capital</b>	<b>697 445,28</b>	<b>2,46%</b>	<b>401 950,00</b>	<b>1,44%</b>	<b>-295 495,28</b>	<b>57,63%</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>27 645 240,00</b>	<b>97,53%</b>	<b>27 555 030,70</b>	<b>98,54%</b>	<b>-90 209,30</b>	<b>99,67%</b>
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>3 570,00</b>	<b>0,01%</b>	<b>2 570,00</b>	<b>357,00%</b>
<b>Total</b>	<b>28 345 905,28</b>	<b>2,47%</b>	<b>27 962 525,70</b>	<b>1,46%</b>	<b>-383 379,58</b>	<b>98,65%</b>

Com um desvio de -383.379,58 €, devido sobretudo á rúbrica FEDER, que foi prevista em orçamento inicial e não foi liquidada.

#### 4.5. Transferências e Subsídios obtidos

**Quadro 18 - Receita Proveniente de Transferências**

Transferências	2017		2016		Variação 16-17
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	
<b>FEF/FSM/ Participação fixa no IRS</b>	<b>4 223 023,00</b>	<b>97,48%</b>	<b>4 104 906,00</b>	<b>95,27%</b>	<b>2,88%</b>
Correntes	3 821 073,00	88,20%	3 715 548,00	86,23%	2,84%
Capital	401 950,00	9,28%	389 358,00	9,04%	3,23%
<b>Fundos Comunitários</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>96 629,04</b>	<b>2,24%</b>	<b>-100,00%</b>
Correntes	0,00	0,00%	69 243,04	1,61%	0,00%
Capital	0,00	0,00%	27 386,00	0,64%	-100,00%
<b>Outros contratos programa / Protocolos</b>	<b>109 276,02</b>	<b>2,52%</b>	<b>107 302,54</b>	<b>2,49%</b>	<b>1,84%</b>
Correntes	109 276,02	2,52%	107 302,54	2,49%	1,84%
Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	N/A
<b>Transferências</b>					
Correntes	3 930 349,02	90,72%	3 892 093,58	90,33%	0,98%
Capital	401 950,00	9,28%	416 744,00	9,67%	-3,55%
<b>Total</b>	<b>4 332 299,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 308 837,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,54%</b>

As transferências obtidas são superiores em 23.461,44€ às recebidas em 2017.

Esta variação resulta essencialmente do acréscimo do valor recebido do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

#### 5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

**Quadro 19 – Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa**

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2016	217 948,83	241 927,66	459 876,49
Receitas arrecadadas	33 501 632,26	333 248,78	33 834 881,04
Despesas Pagas	32 917 071,03	415 421,74	33 332 492,77
<b>Saldo a transitar para 2018</b>	<b>802 510,06</b>	<b>159 754,70</b>	<b>962 264,76</b>

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 962.264,76€, que se decompõe em 802.510,06€ de saldo de operações orçamentais e 159.754,70€ de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas espelha a natureza e a origem e aplicações de fundos.



A evolução dos recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria estão refletidos no quadro seguinte:

**Quadro 20 – Operações de Tesouraria**

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Clientes e utentes c/ cauções	2 263,22	1 863,22	0,00	400,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	14 447,03	140 624,47	140 794,72	14 617,28
Restantes impostos	50 452,39	48 716,15	299,73	2 035,97
Contribuições para a Segurança Social	20 816,58	173 761,44	173 296,81	20 351,95
Outras tributações	13 015,72	12 559,05	457,32	913,99
Sindicatos	1 720,86	18 656,77	18 400,20	1 464,29
Devedores e credores diversos	139 211,86	19 240,64	0,00	119 971,22
<b>Total</b>	<b>241 927,66</b>	<b>415 421,74</b>	<b>333 248,78</b>	<b>159 754,70</b>

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Fornos de Algodres realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

**Quadro 21 – Garantias e Cauções**

Descrição	Total
	€
Saldo Inicial	1 567 781,93
Cauções rececionadas	0,00
Cauções devolvidas	0,00
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>1 567 781,93</b>

Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.



## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2017.

**Quadro 22 - Balanço Sintético**

Designação	2017		2016		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	16-17	
	€	%	€	%	€	%
Imobilizado	36 019 025	94,98%	37 642 829	96,34%	-1 623 804	-4%
Existências	9 106	0,00%	9 783	0,00%	0	-7%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0,00%	0	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	134 544	0,35%	215 188	0,55%	-80 644	-37%
Disponibilidades	962 265	2,54%	459 876	1,18%	502 388	109%
Acréscimos e diferimentos	799 464	2,11%	743 485	1,90%	55 979	8%
<b>Ativo líquido</b>	<b>37 924 403</b>	<b>99,98%</b>	<b>39 071 162</b>	<b>99,97%</b>	<b>-1 146 758</b>	<b>-3%</b>
Património	3 901 527	-82,47%	3 901 527	-81%	0	0%
Ajustamentos em partes de capital	0	0,00%	0	0%	0	0%
Reservas	0	0,00%	0	0%	0	0%
Subsídios	0	0,00%	0	0%	0	0%
Doações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Regularizações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Resultados	-8 632 393	182,47%	-8 729 820	181%	97 428	-1%
<b>Fundos próprios</b>	<b>-4 730 865</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4 828 293</b>	<b>100,00%</b>	<b>97 428</b>	<b>-2%</b>
Provisões para riscos e encargos	3 805 431	8,92%	3 428 169	7,81%	377 262	111%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	26 696 120	62,59%	27 322 405	62,24%	-626 285	-2%
Dívidas a terceiros - curto prazo	920 138	2,16%	1 200 608	2,73%	-280 470	-23%
Acréscimos e diferimentos	11 233 580	26,34%	11 948 273	27,22%	-714 693	-6%
<b>Passivo</b>	<b>42 655 268</b>	<b>100%</b>	<b>43 899 454</b>	<b>100%</b>	<b>-1 244 186</b>	<b>-3%</b>

A diminuição de 3,00% do ativo líquido deve-se ao efeito conjugado da redução do imobilizado (-1.623.804€), e das Dívidas de terceiros – curto prazo (80.644€).

Os fundos próprios tiveram uma ligeira melhoria em resultado da incorporação do resultado líquido positivo do exercício de 2017, em resultados transitados.

A redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (-626.285€), de acréscimos diferimentos (-714.693€) e das dívidas a curto prazo (-280.470€), conjugado com o aumento das provisões para riscos e encargos no montante de 377.262€, implicou uma redução do passivo no montante de 1.244.186€, representado em valor percentuais uma diminuição do passivo em 3%.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
32

**Quadro 23 – Indicadores do Balanço**

Indicadores	2017	2016
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo Fixo/Ativo Total	94,98%	96,34%
Ativo Circulante/Ativo Total	5,02%	3,66%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	1890,39%	2635,44%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Recursos Permanentes/Passivo	167,89%	166,94%
Passivo de Longo Prazo/Passivo Exigível	99,56%	98,40%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Exigível	6,23%	6,82%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	6,25%	6,93%
<b>Análise do Ativo Fixo</b>		
Ativo fixo/Endividamento a médio longo prazo	134,92%	137,77%
Amortizações do exercício/Varição do Imobilizado	849,95%	557,07%
<b>Análise do Passivo Exigível</b>		
<b>Coefficiente do Endividamento</b>		
Passivo Exigível/Fundos Próprios	-583,75%	-590,75%
<b>Coefficiente de Endividamento de Curto Prazo</b>		
Passivo Exigível Curto Prazo/Fundos Próprios	-19,45%	-24,87%
<b>Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo</b>		
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Fundos Próprios	-564,30%	-565,88%
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	72,02%	70,03%
<b>Grau de Autonomia</b>		
Fundos Próprios/Ativo Total	-0,12	-0,12
<b>Grau de Liquidez Geral</b>		
Ativo Circulante/Exigível a Curto Prazo	1,65	1,11
<b>Grau de Liquidez Imediata</b>		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,04	1,01
<b>Grau de Solvabilidade</b>		
Ativo/Passivo Exigível	0,98	0,97

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo face ao ano transato do Município de Fornos de Algodres.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2016. A diminuição em termos globais resulta da diminuição do ativo fixo relativamente ao ativo circulante por contrapartida do acréscimo do ativo circulante no ativo total.

Na estrutura do passivo constatou-se uma ligeira diminuição de recursos permanentes comparativamente com o ano 2016.

Pese embora o decréscimo registado no ativo fixo, verifica-se uma melhoria (2,85%) face ao endividamento médio e longo prazo do Município de Fornos de Algodres.



O acréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao facto do valor do aumento das amortizações, em 2017, ser mais expressivo que a variação do imobilizado bruto.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam valores negativos, mas verificou-se uma melhoria muito significativa (7,00%) devido a uma diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo.

A autarquia deve apresentar uma certa independência em relação a capitais alheios, pelo que, no financiamento dos seus investimentos, deve recorrer essencialmente a capitais próprios. O Grau de Autonomia analisa a parcela dos ativos que é financiada por capital próprio. Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Este rácio em 2017 tem o valor de  $-0,12$

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, acumulou desde 2004 resultados líquidos negativos que se refletem nos resultados transitados, que no ano 2016 representam o valor acumulado de  $-8.702.154,91\text{€}$ , pelo que a sustentabilidade financeira, comprovada pela autonomia financeira, o que compromete a autonomia financeira nos próximos anos.

Os rácios de liquidez dão ideia da capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

O Grau de Liquidez Geral revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. O Município tem uma liquidez geral em 2017 de 1,65. Este rácio deve ser pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo e tal verificou-se. Conclui-se que o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo. Facto que se verifica desde o ano de 2015.

O Grau de Liquidez imediata é aquele que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma empresa. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. O valor em 2017 é de 1,04 o que representa que as disponibilidades são suficientes para cobrir o passivo circulante.

O Grau de Solvabilidade representa a capacidade da empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da empresa face aos credores. O nível satisfatório para o Grau de Solvabilidade é o valor 1.

O Grau de Solvabilidade em 2017 é de 0,98, o que significa que a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos está tendencialmente a aproximar-se do valor de referência o que, do ponto de vista económico representa um capital próprio que garante a liquidação do seu passivo e tem expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura.

Conclui-se que os meios próprios da autarquia se revelam suficientes para cumprir todas as suas obrigações à medida que se vão vencendo.

*[Handwritten signatures and initials]*

## 7. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por Natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2017.

**Quadro 24 – Demonstração dos Resultados por Natureza**

Designação	2017		2016		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	16-17	
	€	%	€	%	€	%
<b>Custos e perdas</b>						
1 Custos merc. Vend. E das mat. Consumidas	251 174	3,78%	248 142	3,85%	3 032	1,22%
2 Fornecimentos e serviços externos	1 337 605	20,13%	1 358 641	21,11%	-21 036	-1,55%
3 Pessoal	1 724 925	25,95%	1 729 680	26,87%	-4 755	-0,27%
4 Transf. e subsídios correntes concedidos	342 653	5,16%	120 334	1,87%	222 318	184,75%
5 Amortizações do exercício	2 336 488	35,16%	2 273 177	35,31%	63 311	2,79%
6 Provisões do exercício	25 476	0,38%	3 888	0,06%	21 588	555,26%
7 Custos e perdas financeiras	548 618	8,25%	597 730	9,29%	-49 112	-8,22%
8 Outros custos	79 194	1,19%	105 510	1,64%	-26 316	-24,94%
<b>Total</b>	<b>6 646 134</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 437 103</b>	<b>100,00%</b>	<b>209 031</b>	<b>3,25%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
9 Vendas e prestações de serviços	484 958	7,22%	447 759	6,89%	37 198	8,31%
10 Impostos e taxas	774 422	11,53%	819 037	12,61%	-44 615	-5,45%
11 Variação da produção	0	0,00%	0	0,00%	0	n/a
12 Transferências e subsídios correntes	4 468 259	66,53%	4 223 148	65,00%	245 111	5,80%
13 Proveitos financeiros	248 734	3,70%	247 087	3,80%	1 647	0,67%
14 Outros Proveitos	739 524	11,01%	759 795	11,69%	-20 271	-2,67%
<b>Total</b>	<b>6 715 896</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 496 826</b>	<b>100,00%</b>	<b>219 070</b>	<b>3,37%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>69 762</b>		<b>59 723</b>		<b>10 039</b>	<b>16,81%</b>

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2017 apresentam, no seu conjunto, um acréscimo de 209.031€ relativamente ao ano anterior.

O acréscimo das Transferências e Subsídios Concedidos em 222.318 € têm um peso muito significativo no aumento dos custos.

Os Custos com Pessoal têm um peso nos custos da autarquia de 25,95% e são superiores ao peso dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) nos custos totais.

Os proveitos aumentaram em 219.070€ em relação a 2016. O peso da variação dos proveitos na variação dos custos é de 4,80%.

O acréscimo dos proveitos deve-se sobretudo ao aumento das Transferências e Serviços Correntes no valor de 245.111€.

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício positivo de 69.762 €.



É de salientar que do ano 2004 até ao ano 2014 o Município de Fornos de Algodres nunca registara resultados positivos, cenário que foi invertido no ano 2015, dando continuidade o ano 2017 ao ciclo de Resultados Líquidos positivos.

Constatando-se que o resultado líquido do exercício sofreu uma melhoria significativa face ao ano transato, representado em termos percentuais por 16,81 %.

## 8. Dívida

### 8.1. Dívida global

A gestão da dívida está refletida no quadro abaixo.

**Quadro 25 – Evolução da Dívida Bancária**

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2017	Capital em dívida 31/12/2016	Variação 16-17	
			€	%
<b>Médio Longo Prazo</b>				
Empréstimo Reequilíbrio Financeiro	0,00	28 019 618	-28 019 618	n/a
FAM	27 188 078,10	0	27 188 078	n/a
<b>Total</b>	<b>27 188 078,10 €</b>	<b>28 019 618,00 €</b>	<b>831 539,90 €</b>	<b>3,1%</b>

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida com o empréstimo relativo ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). No final do ano de 2017 esta dívida ascendia a 27.188.078€, registando uma diminuição de -831.539,90€ face a 2016.

### 8.2. Serviço da Dívida

**Quadro 26 – Evolução do Serviço da Dívida**

Serviço da dívida (MLP)	2017	2016	Variação 16-17	
			€	%
Juros	522 907	560 204	-37 297	-6,7%
Amortizações	28 386 571	1 439 796	26 946 775	1871,6%
<b>Total</b>	<b>28 909 478</b>	<b>2 000 000</b>	<b>26 909 478</b>	<b>1345,5%</b>

O total gasto no serviço da dívida foi de 28.909.478 €, após liquidação total do Plano de Reequilíbrio Financeiro.

### 8.3. Dívida Total

De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira.

**Quadro 27**

Dívida Total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
(1)	$\geq 1$ e $\leq 1,5$	Facultativo	-
(2)	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	Obrigatório	-
(2)	$> 1$ e $< 2,25$	Obrigatório	-
(3)	$\geq 2,25$ e $\leq 3$	Obrigatório	-
(5)	$> 3$	-	Obrigatório

A 31 de dezembro de 2017 o Município encontra-se em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, uma vez que a dívida total representa 5,22 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos últimos três exercícios.

A dívida total e o excesso de endividamento estão apresentados no quadro seguinte, estando contemplada quer a dívida do Município, quer a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total a que se refere o art.º 54º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, sendo a mesma provisória.

**Quadro 28 - Limites de Endividamento**

Rúbrica	Valor
Limite da dívida (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada)	7.845.601,74
Dívida total	27.619.519,73
FAM	182.805,26
Operações não orçamentais	159.754,70
Total	27.276.959,77
<b>Excesso</b>	<b>19.431.358,03</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Destaca-se que no exercício de 2017 a dívida total reduziu-se em 794.989,52 euros.

## 9. Equilíbrio Orçamental

Conforme artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

- 1 - Os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médios e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contratado pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo da verificação do equilíbrio orçamental a 31 de dezembro de 2017:

Receita corrente bruta cobrada	Despesa Corrente Paga	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(4)-(1)
5 572 936,56 €	3 885 532,53 €	786 327,00 €	4 671 859,53 €	901 077,03 €

Como se pode verificar, o Município cumpre o disposto no artigo 40.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*

### 10. Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 69.762,36€ tenha a seguinte aplicação:

69.762,36€ para Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara Municipal.

*[Handwritten signature: António Manuel Pinheiro]*



## **ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO – Relatório de Monitorização FAM do ano 2017**

O presente anexo ao relatório de gestão é apresentado de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 29º da Lei 53/2014, que aprovou o FAM, que estipula que os municípios que adiram ao FAM estão obrigados a incluir no relatório de gestão um anexo relativo à execução do PAM, do qual consta especial fundamentação em caso de apuramento de desvios.

### **1. ENQUADRAMENTO**

O Município de Fornos de Algodres encontra-se numa situação de rutura financeira desde 30 de setembro de 2008, o que originou que em 17 de setembro de 2009 fosse publicado em Diário da República o seu Plano de Reequilíbrio Financeiro. Por sua vez, no dia 21 de janeiro de 2010, foi deliberado por unanimidade, em Assembleia Municipal, a concessão de autorização para contratação do empréstimo a médio e longo prazo, até ao limite de 35.000.000,00€, no âmbito desse mesmo Plano de Reequilíbrio Financeiro.

A Lei 53/2014 de 25 agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (FAM), tem como objetivo estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam ao Município atingir e respeitar o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2014, de 16 de julho, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira, tem de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e recorrer ao FAM.

Pelo que, a 23 de setembro de 2014 a Câmara Municipal de Fornos de Algodres reuniu ordinariamente, deliberando por unanimidade reconhecer a situação de rutura financeira e aceder ao FAM, em virtude das medidas aprovadas no Plano de Reequilíbrio Financeiro, se demonstrarem insuficientes para resolver a situação financeira da Autarquia.

Conforme disposto no artigo 29.º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, n.º 1, “ Os municípios prestam trimestralmente à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação necessária à monitorização do PAM, a qual é efetuada de acordo com a estrutura definida pela direção executiva “ e n.º 2 “A Informação relativa ao segundo e ao quarto trimestre e cada ano é acompanhada de certificação do auditor externo do Município, devendo incidir nomeadamente sobre o grau de cumprimento dos objetivos do PAM.”

Informa o artigo 9.º da Lei 53/2014, alínea d, que versa sobre as Competências da direção executiva, que a mesma deverá “Monitorizar a execução dos PAMs”.

Assim, no sentido de ser prestada a devida informação respeitante à execução do Programa de Ajustamento Municipal de Fornos de Algodres, é elaborado o presente relatório, sintetizando a mesmas pelas três áreas de atuação:

1. Reequilíbrio Orçamental;
2. Plano de reestruturação da dívida;
3. Assistência Financeira.



*[Handwritten signature and initials]*

## 2. REEQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Conforme artigo 34º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, que define o objetivo do mesmo, as medidas de reequilíbrio orçamental constantes do PAM visam a racionalização da despesa e a maximização da receita municipal, bem como a otimização da gestão do seu património.

Para cumprimento deste objetivo principal foram definidas várias medidas acordadas entre o Município e o FAM nomeadamente os limites quantitativos trimestrais da execução orçamental da receita e da realização de despesas, assim como as medidas de consolidação orçamental, incluindo os impactos previstos e os respetivos prazos vigência do PAM.

No presente ponto, detalha-se a execução de cada uma das medidas no período em apreço, quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

Assim, conforme clausulado no Contrato PAM, o qual contempla todas as medidas de reequilíbrio orçamental contratualizadas, apresentamos a execução do 2º semestre de 2017.

### 2.1 Receita

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da receita, o Município comprometeu-se e está em cumprimento com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

Assim, conforme dispõem as condições na área da receita:

#### **1 – O Município compromete-se a manter a participação variável no IRS à taxa máxima, pelo prazo de vigência do PAM.**

Foi apresentada a proposta para a Participação Fixa no IRS a cobrar em 2017, em 5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 23 de agosto de 2016, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2017.

No 2º semestre a execução fixou-se em 90 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
06030103	Participação Fixa no IRS	46 000,00 €	41.262,00 €

Este desvio, deve-se essencialmente, ao decréscimo da população residente no Concelho de Fornos de Algodres e ao aumento da taxa de desemprego, conforme Diagnóstico Social.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**2 – O Município compromete-se a manter a taxa máxima de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, pelo prazo de vigência do PAM.**

Foi apresentada a proposta para a taxa de Derrama a cobrar em 2017, no limite máximo de 1,5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 23 de agosto de 2016, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2017.

No 2º semestre a execução fixou-se em 268 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
010205	Derrama	10 000,00 €	26.803,34 €

**3 – O Município compromete-se a manter a aprovação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no nível máximo, pelo prazo de vigência do PAM.**

Foi apresentada a proposta para a taxa de IMI a cobrar em 2017, no limite máximo, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 23 de agosto de 2016, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2016.

No 2º semestre a execução fixou-se em 84 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis	208 000,00 €	174.339,77 €

Conforme demonstrado no quadro anterior, o valor executado, não igualou ou superou o valor contratualizado no PAM, porém se a análise for anual, o valor executado pelo Município é superior em 63.310,66 €, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2017	
		PAM	Executado
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis	416 000,00 €	479 310,66 €

**4 – O Município compromete-se a não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos nos termos e para os efeitos legalmente previstos, no que se refere à taxa de IMI e de derrama, pelo prazo de vigência do PAM.**

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que foram deliberadas em 2016 para aplicação em 2017 das taxas máximas previstas no CIMI e na proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2017.

**5 – O Município compromete-se a revogar benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja de competência do município, bem como a abster-se quanto à concessão de benefícios durante o prazo de vigência do PAM.**

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que, no presente exercício, não existem benefícios fiscais e isenções de taxas em vigor que possam ser objetos de revogação.

**6- O Município compromete-se a incorporar nos preços a cobrar pelo Município nos sectores do saneamento, água e resíduos as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM.**

O Município cumpriu com a medida estabelecida no PAM. Atualmente estão a ser aplicados preços de acordo com as recomendações da ERSAR.

No 2º semestre a execução fixou-se em 102%, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
070108	Mercadorias	212 000,00 €	105.985,59 €
07020901	Saneamento		63.181,80 €
07020902	Resíduos Sólidos		46.043,50 €

**7 – O Município compromete-se a implementar medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município, designadamente no que se refere á arrecadação de receita ao nível de multas e penalidades pelo não cumprimento das diretivas municipais, com os impactos por ano.**

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.

Em termos acumulados, no 2ª semestre a execução fixou-se em 102%, face ao contratualizado com o PAM, conforme quadro abaixo:

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P.A.L.' and 'R'.*

Classificação Económica	Receita	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
02	Impostos indiretos	1 300,00 €	953,42 €
04	Taxas, multas e outras penalidades	62 000,00 €	49.645,91 €
07	Venda de bens e serviços correntes	212 000,00 €	230.106,90 €

**8 – O Município compromete-se a atualizar anualmente o regulamento e respetiva tabela municipal de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente, pelo prazo de vigência do PAM.**

Foi apresentada a proposta para a atualização das taxas municipais, de acordo com taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 23 de agosto de 2016, e em Assembleia Municipal no dia 28/09/2016.

**9 – O Município compromete-se a dinamizar espaços e equipamentos municipais com vista à arrecadação de receita com aluguer dos mesmos, com os impactos, por ano.**

O Município não cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.

No entanto, foi arrecadado no ano de 2018, o valor de 54.534,03 €, referente ao ano de 2017, valor que será reconhecido patrimonialmente em sede de prestação de contas.

Classificação Económica	Receita	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
05	Rendimentos de Propriedade	122 000,00 €	65.785,13 €

**10 – O Município compromete-se a utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente a que decorrer da venda de bens de investimento.**

Classificação Económica	Receita	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
09	Vendas de Bens de investimento	750,00 €	650,00 €

Conforme quadro acima, o Município cumpriu com a medida contratualizada no PAM, pelo que, não procedeu à redução extraordinária da dívida total.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

11 – O Município compromete-se a efetuar as comunicações legalmente necessárias e previstas na lei e nos termos e para os efeitos previstos no número acima, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, devendo informar o FAM, das mesmas ao abrigo da monitorização do PAM.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, dado que as comunicações estão a ser reportadas atempadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no que respeita à fixação das taxas de IMI, Derrama, Participação variável no IRS e Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

## 2.2 Despesa

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da despesa, o Município comprometeu-se e está em cumprimento com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

Assim, conforme dispõem as condições na área da despesa:

12 – O Município compromete-se a racionalizar a despesa realizada com pessoal até 2019, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada com pessoal, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo superior à taxa de inflação.

Relativamente a esta medida o Município cumpriu com a obrigação imposta em termos de reequilíbrio orçamental contante no PAM, conforme quadro:

Classificação Económica	Receita	2014	2015	2016	2017	PAM 2017	Desvio 2017	
							Valor	%
01	Despesas com Pessoal	1 722 055,16 €	1 764 131,53 €	1 697 473,49 €	1 704 807,64 €	1 760 000,00 €	- 55 192,36 €	-3%

13 – O Município compromete-se com a monitorização, pelo prazo de vigência do PAM, de encargos variáveis ou eventuais, designadamente trabalho extraordinário, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por norma a respeitar os limites de despesas contantes nos Mapas e o disposto no número anterior.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, verificando-se um desvio negativo face ao contratualizado no PAM de 11.145,14 €, que representa um desvio percentual de -93 %, conforme quadro:

Classificação Económica	Despesa	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
020102	Abonos variáveis ou eventuais	12 000,00 €	854,86 €

14 – O Município compromete-se a reduzir o número de postos de trabalho até 2019 de acordo com o quadro seguinte:

FORNOS DE ALGODRES	2016	2017	2018	2019
Pessoal ao serviço do município	93	93	93	89
(n.º trabalhadores)				

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM. No final do ano de 2017, segundo o PAM, o Município não poderia ter mais de 93 colaboradores ao serviço, nesta data supera-se o previsto, visto que o Município tem 90 colaboradores no quadro de pessoal.

15 – O Município compromete-se a não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, conforme demonstrado nos pontos 12 e 13 do subcapítulo 2.2 - Despesa.

16 – O Município compromete-se a proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo não superior à taxa de inflação.

Relativamente a esta medida o Município cumpriu com as medidas de reequilíbrio orçamental constantes no PAM, conforme quadro:

Classificação Económica	Despesa	2017 - 2º Semestre	
		PAM	Executado
020701	Investimentos	454 000,00 €	326.690,02 €



**17 – A taxa de inflação a considerar para efeitos dos números anteriores é a constante do cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento de Estado do ano a que diz respeito.**

O Município de Fornos de Algodres, respeitou os limites impostos nos números 12 a 16.

### 3. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

**18 – O Município compromete-se a respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do PRD (vd., anexo a).**

Relativamente a esta medida o Município, respeitou os acordos de reestruturação da dívida com os credores (Caixa Geral de Depósitos e Millennium BCP).

**19 – O Município compromete-se a verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívida aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.**

Relativamente a esta medida o Município cumpriu com as medidas de reestruturação financeira constantes em PAM.

O Município verifica a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

**20 – A Lista com a relação global dos créditos objeto de reestruturação, a identificação dos credores e os termos das alterações acordadas e designadamente, a quantificação da redução da dívida.**

A lista com a relação global dos créditos, encontra-se no anexo A.



#### 4. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

21 - Ao abrigo do artigo 43.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, foi acordada a assistência financeira, através de empréstimo, até ao montante de 32.620.056,73 € (Trinta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e cinquenta e seis euros e setenta e três cêntimos), pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

O valor da assistência financeira no montante de 27.521.447,26 € (Vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), foi desembolsado pelo FAM a 15/05/2017.

O referido valor de assistência financeira foi utilizado para amortização do empréstimo de reequilíbrio financeiro, em igual valor, na mesma data.

O 2º desembolso do PAM, ocorreu em 29/12/2017, no valor de 33.583,44 € (Trinta e três mil, quinhentos e oitenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), que será utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, com igual valor.

A operação contabilística de lançamento e posterior pagamento, não foi efetuada no ano de 2017, devido à não inscrição da rubrica de despesa no orçamento do ano económico de 2017. Não foi possível aos serviços contabilísticos, preparar a revisão orçamental em tempo útil, pelo que, a referida despesa será liquidada no início do ano de 2018, no próximo relatório de monitorização do PAM, virá refletido o respetivo pagamento ao credor em causa.



**Mapa 1 – Medidas do Executivo para cumprimento do Plano**

Medidas	Natureza (permanente/temporária)	Alínea (*)	Impactos previstos		Justificação
			Descrição	2017 (em €)	
i) Instituir medidas de controlo para a requisição de compra de peças	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na gestão do material e ferramentas de desgaste rápido	7	O município cumpriu a medida, tem reduzido o valor em 8.671 € (face ao PAM)
ii) Instalação de contadores de água nos edifícios municipais e rotundas por forma a controlar os consumos efetivos de água do Município.	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na gestão do material e ferramentas de desgaste rápido	25	O município compromete-se a efetuar um levantamento dos edifícios municipais e outros para instalação de contadores de água.
iii) Instituir medidas de controlo nas reparações de automóveis (requisitar 3 orçamentos diferentes antes de efetuar reparação)	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na manutenção da frota automóvel	30	O município não cumpriu a presente medida, devido ao parque automóvel se encontrar obsoleto. No entanto os serviços procuram sempre o melhor preço para a reparação.
iv) Renegociação dos contratos com os taxistas	Permanente	k)	Redução dos custos de transporte	7	O Município renegociou contratos de transportes escolares no ano de 2015.
v) Instituir medidas de controlo aos consumos efetivos Município.	Permanente	k)	Controlo mais eficiente dos montantes faturados pela AZC e Resiestrela ao Município.	-	O Município encetou uma ação judicial contra as AZC, reclamando os valores faturados. Aguarda Decisão Judicial.
vi) A CMFA pretende instalar iluminação LED em alguns locais do município	Permanente	k)	Redução dos consumos de eletricidade	18	Protocolo assinado com EDP Distribuição, - Energia S.A., em 11/12/2017 para colocação de Luminárias LED em todo o concelho. O reflexo em valor do impacto só será refletido em 2018.
vii) Contratação de um colaborador cuja responsabilidade passará por fiscalizar as atividades comerciais do Município.	Permanente	i)	Arrecadação de receita ao nível de multas e penalidades pelo não cumprimento das diretrizes municipais (outdoors, publicidade, etc)	10	O Município não cumpriu com a presente medida, por não poder contratar nem alocar (devido ao reduzido número) funcionários para a realização desta função.
viii) Dinamizar espaços e equipamentos municipais com entidades externas ao Município	Permanente	g)	Arrecadação de receita com aluguer dos espaços a instituições do Município (por um valor simbólico) e a instituições externas ao Município	3	O Município compromete-se, durante o ano de 2018, a cumprir na íntegra com esta medida.

*Handwritten signature and initials*

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P.H.' and other illegible marks.*

**Mapa 2: Limites quantitativos da Receita**

Capítulo	Grupo	Artigo	Sub-artigo	Designação	2015	PAM 2017	Execução Anual a 31/12/2017	Variação
					Execução a 31 dezembro	Total		
				<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5 348 884</b>	<b>5 368 320</b>	<b>5 572 937</b>	<b>204 617</b>
01				<b>Impostos diretos</b>	<b>742 657</b>	<b>537 800</b>	<b>653 781</b>	<b>115 981</b>
01	02	02		IMI	551 334	416 000	479 311	63 311
01	02	03		Imposto único de circulação	87 501	72 000	91 612	19 612
01	02	04		IMT	82 850	28 800	55 311	26 511
01	02	05		Derrama	20 972	21 000	27 548	6 548
01	02	07		Impostos abolidos	-	-	-	-
01	02	99		Impostos diretos diversos	-	-	-	-
02				<b>Impostos indiretos</b>	<b>699</b>	<b>5 803</b>	<b>1 543</b>	<b>(4 260)</b>
04				<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>115 874</b>	<b>124 101</b>	<b>107 314</b>	<b>(16 787)</b>
05				<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>217 213</b>	<b>263 302</b>	<b>189 061</b>	<b>(74 241)</b>
06				<b>Transferências correntes</b>	<b>3 797 153</b>	<b>3 874 977</b>	<b>4 005 494</b>	<b>130 517</b>
				<i>Das quais:</i>				-
06	01	02		Sociedades e quase-sociedades não financeiras (*)	1 810	4 000	1 360	(2 640)
06	03	01	01	Fundo de Equilibrio Financeiro	3 459 693	3 459 692	3 651 385	191 693
06	03	01	02	Fundo Social Municipal	121 000	121 000	121 000	-
06	03	01	03	Participação fixa no IRS	90 037	90 037	82 518	(7 519)
06	03	01	99	Outras (*)	76 656	122 000	134 670	12 670
06	03	06		Estado - Participação comunitária proj. cofinanciados	16 748	26 380	-	(26 380)
06	06	01		Segurança social (*)	12 867	12 868	10 768	(2 100)
06	08	01		Famílias (*)	18 342	39 000	3 794	(35 206)
07				<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>460 961</b>	<b>422 336</b>	<b>410 195</b>	<b>(12 141)</b>
08				<b>Outras receitas correntes</b>	<b>14 327</b>	<b>140 001</b>	<b>205 548</b>	<b>65 547</b>
				<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>408 434</b>	<b>475 379</b>	<b>370 430</b>	<b>(104 949)</b>
09				<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 975</b>	<b>1 975</b>
10				<b>Transferências de capital</b>	<b>408 434</b>	<b>475 379</b>	<b>368 455</b>	<b>(106 924)</b>
				<i>Das quais:</i>				-
10	03	01	01	Fundo de Equilibrio Financeiro	384 410	384 410	368 455	(15 955)
10	03	07		Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados	24 024	90 969	-	(90 969)
10	03	08		Serviços e Fundos Autónomos	-	-	-	-
11				<b>Ativos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
13				<b>Outras receitas de capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
15				<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>396</b>	<b>1 517</b>	<b>3 570</b>	<b>2 053</b>
				<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>5 757 318</b>	<b>5 843 699</b>	<b>5 941 392</b>	<b>97 693</b>

Como se pode verificar pelo quadro anterior, no geral os limites quantitativos da receita, referente ao ano de 2017, apresentam uma execução orçamental superior ao previsto no PAM.

As receitas correntes apresentam um acréscimo de 204.617 € face ao PAM, que resulta essencialmente do aumento das receitas correntes (130.517 €) e dos impostos diretos (115.981 €).

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P. F. L.' and a large 'Z'.*

Em sentido contrário, as receitas de capital, apresentam um desvio negativo de 104.949 €, resultado essencialmente da não arrecadação de receita proveniente da participação comunitária em projetos cofinanciados.

Em termos gerais, a receita efetivamente arrecadada apresenta um desvio positivo de 97.693 €, face ao contratualizado no PAM.

**Mapa 3: Limites quantitativos da despesa**

Agrupamento	Subagrupamento	Rúbrica	Despesas	2015	PAM 2017	Execução Anual a 31/12/2017	Variação
				Execução a 31 de dezembro	Total		
			<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3 796 023</b>	<b>3 949 977</b>	<b>3 996 587</b>	<b>46 610</b>
01			<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>1 774 666</b>	<b>1 759 927</b>	<b>1 704 808</b>	<b>(55 119)</b>
01	01		Remunerações certas e permanentes	1 349 061	1 352 238	1 312 532	(39 706)
01	02		Abonos variáveis ou eventuais	35 161	22 326	9 170	(13 156)
01	03		Segurança social	390 444	385 363	383 105	(2 258)
02			<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>1 258 248</b>	<b>1 476 506</b>	<b>1 397 191</b>	<b>(79 314)</b>
02	01		<b>Aquisição de bens</b>	<b>242 095</b>	<b>395 807</b>	<b>252 299</b>	<b>(143 508)</b>
02	01	01	Matérias-primas e subsidiárias	-	-	6 377	6 377
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	70 621	60 963	81 563	20 600
02	01	03	Munições, explosivos e artificios	-	-	-	-
02	01	04	Limpeza e higiene	19 802	20 018	23 794	3 776
02	01	05	Alimentação - Refeições confeccionadas	106 829	67 788	60 891	(6 897)
02	01	06	Alimentação - Géneros para confeccionar	-	-	-	-
02	01	07	Vestuário e artigos pessoais	-	-	1 615	1 615
02	01	08	Material de escritório	4 872	5 641	4 855	(787)
02	01	12	Material de transporte - Peças	3 734	3 822	5 634	1 813
02	01	14	Outro material - Peças	19 117	19 563	10 892	(8 671)
02	01	15	Prémios, condecorações e ofertas	4 831	8 098	7 320	(778)
02	01	16	Mercadorias para venda	-	168 332	16 335	(151 996)
02	01	17	Ferramentas e utensílios	1 500	1 183	299	(883)
02	01	18	Livros e documentação técnica	236	455	717	262
02	01	19	Artigos honoríficos e de decoração	372	455	240	(215)
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	1 289	8 553	1 388	(7 165)
02	01	21	Outros bens	8 891	30 937	30 378	(559)
02	02		<b>Aquisição de serviços</b>	<b>1 016 152</b>	<b>1 080 699</b>	<b>1 144 892</b>	<b>64 193</b>
02	02	01	Encargos das instalações	169 463	185 529	169 170	(16 358)
02	02	02	Limpeza e higiene	-	-	-	-
02	02	03	Conservação de bens	76 987	41 400	83 355	41 955
02	02	04	Locação de edifícios	-	-	-	-
02	02	05	Locação de material de informática	-	-	-	-
02	02	06	Locação de material de transporte	-	-	-	-
02	02	08	Locação de outros bens	-	1 365	-	(1 365)
02	02	09	Comunicações	20 482	18 198	30 362	12 164
02	02	10	Transportes	194 018	163 782	194 500	30 718
02	02	11	Representação dos serviços	1 684	5 459	545	(4 914)



02	02	12	Seguros	36 928	31 528	38 993	7 465
Agrupamento	Subagrupamento	Rúbrica	Despesas	2015	PAM 2017	Execução a 31/12/2017	Variação
				Execução a 31 de dezembro	Total		
02	02	13	Deslocações e estadas	6 936	2 275	4 460	2 185
02	02	14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	27 872	36 396	30 883	(5 513)
02	02	15	Formação	-	592	22 518	21 926
02	02	16	Seminários, exposições e similares	489	1 820	-	(1 820)
02	02	17	Publicidade	4 858	5 687	3 445	(2 241)
02	02	18	Vigilância e segurança	1 032	1 001	3 366	2 365
02	02	19	Assistência técnica	14 530	14 376	23 964	9 588
02	02	20	Outros trabalhos especializados	181 813	329 657	162 957	(166 700)
02	02	22	Serviços de saúde	2 135	2 412	2 044	(368)
02	02	24	Encargos de cobrança de receitas	18 042	12 739	15 246	2 507
02	02	25	Outros serviços	258 882	226 483	359 085	132 602
03			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>657 347</b>	<b>585 699</b>	<b>529 149</b>	<b>(56 549)</b>
03	01		<b>Juros da dívida pública</b>	<b>649 522</b>	<b>571 000</b>	<b>522 907</b>	<b>(48 093)</b>
03	01	03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	649 522	571 000	522 907	(48 093)
03	01	05	Administração pública central - Estado	-	-	-	-
03	01	06	Administração pública central - Serviços e fundos autónomos	-	-	-	-
03	02		Outros encargos correntes da dívida pública	54	49	-	(49)
03	03		Juros de locação financeira	-	-	-	-
03	04		Juros tributários	-	-	-	-
03	05		Outros juros	1 302	5 550	-	(5 550)
03	06		Outros encargos financeiros	6 469	9 099	6 242	(2 857)
04			<b>Transferências correntes</b>	<b>97 501</b>	<b>117 102</b>	<b>346 961</b>	<b>229 859</b>
			<i>Das quais:</i>				-
04	01	01	Públicas	35 561	47 522	35 635	(11 888)
04	01	02	Privadas	-	-	-	-
04	07		Instituições sem fins lucrativos	60 242	55 932	94 012	38 081
04	08		Famílias	1 698	13 649	217 314	203 666
05			<b>Subsídios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
			<i>Dos quais:</i>				-
05	01	01	Públicas	-	-	-	-
05	01	03	Privadas	-	-	-	-
05	08		Famílias	-	-	-	-
06			<b>Outras despesas correntes</b>	<b>8 261</b>	<b>10 744</b>	<b>18 478</b>	<b>7 734</b>
			<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>434 655</b>	<b>1 512 655</b>	<b>705 416</b>	<b>(807 239)</b>
07			Aquisição de bens de capital	388 953	1 466 450	639 714	(826 736)
07	01		Investimentos	369 056	909 150	539 072	(370 078)
07	02		Locação financeira	-	94 250	-	(94 250)
07	03		Bens de domínio público	19 897	463 050	100 642	(362 408)
08			Transferências de capital	-	-	20 000	20 000
09			Ativos financeiros (*)	45 702	46 205	45 702	(503)
11			Outras despesas de capital	-	-	-	-
			<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>4 230 678</b>	<b>5 462 632</b>	<b>4 702 003</b>	<b>(760 629)</b>

No geral a execução das despesas apresenta valores inferiores ao previsto no PAM, com a exceção da rubrica Transferências correntes.

Em termos globais, o orçamento apresenta um desvio negativo, relativamente ao contratualizado com o PAM, no valor de 760.629 €.

**Mapa 4 - Análise da evolução do mapa de pessoal**

FORNOS DE ALGODRES	2016	2017	2018	2019
Proposta PAM	93	93	93	89
Quadro de Pessoal Município	92	90	N/A	N/A

Conforme demonstrado o Município de Fornos de Algodres, tem vindo a reduzir número de postos de trabalho.

**Mapa 5 – Análise do Stock e Sustentabilidade da dívida**

	Previsto no PAM	Executado a 31/12/2017
1 Dívida Total (1=2+11)	32 620 000,00 €	27 212 016,00 €
2 Dívida do Município (2=3+4+...+10)	32 620 000,00 €	27 208 754,00 €
3 Dívida a fornecedores	- €	- €
4 Dívida a fornecedores curto prazo	- €	20 675,90 €
5 Dívida a fornecedores ML prazo	- €	- €
6 Dívida Bancária	- €	- €
7 Curto prazo	- €	- €
8 Médio e longo prazo	32 620 000,00 €	27 188 078,10 €
Empréstimo CGD / BCP		- €
FAM	32 620 000,00 €	27 188 078,10 €
9 Dívidas ao Estado	- €	- €
10 Dívida a outras entidades	- €	- €
11 Dívida de Entidades Participadas (11=12+13+...+19)	- €	3 262,00 €
12 Dívida a fornecedores	- €	- €
13 Dívida a fornecedores curto prazo	- €	3 262,00 €
14 Dívida a fornecedores ML prazo	- €	- €
15 Dívida Bancária	- €	- €
16 Curto prazo	- €	- €
17 Médio e longo prazo	- €	- €
18 Dívidas ao Estado	- €	- €
19 Dívida a outras entidades	- €	- €

Serviço da dívida (juros + amortizações)	1 349 000,00 €	1 072 619,85 €
Rácio da Dívida Total	558,10%	562,93%
Passivos contingentes do Município	- €	3 125 925,46 €
Passivos contingentes das Entidades Participadas	- €	- €
Serviço da dívida/Receita efetiva	23,07%	18%



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Introdução

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2017 e o Balanço Final de 2016.

Em observância com o disposto no POCAL, a ótica patrimonial prevalece sobre a ótica Económica.

### 8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

#### 8.1.1 - Identificação

**Município de Fornos de Algodres**

N.º de Identificação Fiscal: 505.592.959

Estrada Nacional 16

Apartado 15

6370-999 Fornos de Algodres

#### **Composição do Órgão Executivo entre 1 de janeiro e 19 de outubro de 2017:**

Presidente: António Manuel Pina Fonseca

Vereadores: Rita Isabel Almeida Silva

Alexandre Filipe Fernandes Lote

João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa

José Fernando Almeida Tomaz

#### **Composição do Órgão Executivo entre 20 de outubro de 2017 e 31 de dezembro de 2017:**

Presidente: António Manuel Pina Fonseca

Vereadores: Rita Isabel Almeida Silva

Alexandre Filipe Fernandes Lote  
Bruno Henrique Figueiredo Costa  
Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues



**Composição do Órgão Deliberativo entre 1 de janeiro e 19 de outubro:**

Presidente: José Severino Soares Miranda  
Secretário: Artur Francisco Almeida de Oliveira  
Secretário: Tiago Miguel Vaz de Sousa

**Composição do Órgão Deliberativo entre 20 de outubro e 31 de dezembro:**

Presidente: Carlos Manuel Andrade Costa  
Secretário: António José Elvas da Rocha  
Secretário: Manuel Gonçalves dos Santos

**8.1.2 – Legislação**

A lei 73/2013 de 12 de setembro vem regulamentar regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revogar a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro.

Assim a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro determina que os municípios e freguesias estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A contabilidade das autarquias locais respeita o POCAL, e visa:

- a) O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- b) O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- c) Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- d) Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Luis', 'R.P.L.', and a large 'E'.*

- e) A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- f) A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas.

### 8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

O despacho n.º 675/2013, de 10 de janeiro vem regulamentar a Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

A Câmara Municipal tem as competências materiais e as competências de funcionamento previstas nos artigos 34.º e 35.º da lei 75/2013 de 12 de setembro.

O artigo 24.º da lei 75/2013 de 12 de setembro circunscreve à Assembleia Municipal competências de apreciação e fiscalização e as competências de funcionamento. A alínea a) do número 2 do artigo 25.º concede à assembleia municipal as competências de acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências.

### 8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei 75/2013 de 12 de setembro nomeadamente nos artigos 34.º e 35.º.

### 8.1.5 - Recursos Humanos

Ao abrigo do artigo 234.º da lei 1/2001 os nomes e demais elementos de identificação dos cidadãos eleitos e respetivos cargos são os seguintes:

**Quadro 29 – Responsáveis da Entidade**

Nome	Situação no Organismo ou Serviço	Período de Responsabilidade	Profissão	Morada
António Manuel Pina	Presidente	01/01/2017 a	Técnico Superior	Praceta Bento Ménni



Fonseca		19/10/2017 e 20/10/2017 a 31/12/2017	Segurança Social	n.º 24-B 2º Esq 6300-519 Guarda
Rita Isabel Almeida Silva	Vice-Presidente	01/01/2017 a 19/10/2017 e 20/10/2017 a 31/12/2017	Técnica Superior Administração Local	Qta do Comareiro 6370-041 Figueiró da Granja
Alexandre Filipe Fernandes Lote	Vereador	01/01/2017 a 19/10/2017 e 20/10/2017 a 31/12/2017	Farmacêutico	Estrada Nacional 16 6370-147 Fornos de Algodres
João Carlos Paulo Nunes Felicio da Costa	Vereador	01/01/2017 a 19/10/2017	Técnico Superior IIEFP	Rua Dr. Fernando Menano 6370-123 Fornos de Algodres
José Fernando Almeida Tomaz	Vereador	01/01/2017 a 19/10/2017	Gerente Bancário	Qta Gingeiras 6370-321 Infias
Bruno Henrique Figueiredo Costa	Vereador	20/10/2017 a 31/12/2017	Engenheiro do Ambiente	Bairro do Valado, 61 6370-041 Figueiró da Granja
Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues	Vereadora	20/10/2017 a 31/12/2017	Professora	Rua Zona Sul, Lote 2, Fração D, 2º Esq. 6370-174 Fornos de Algodres

### 8.1.6 - Organização Contabilística

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL conjugados com os procedimentos constantes na Norma de Controlo Interno.

Os sistemas informáticos existentes Município de Fornos de Algodres e adstritos à contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT) e Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) da Associação Informática de Região Centro (AIRC).

## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em



**vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.**

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

**8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

**8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos**

#### **Imobilizações**

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2017. Foram igualmente registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja receção tenha ocorrido até ao final do ano de 2017. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

#### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição.

#### **Imobilizações Corpóreas**

As imobilizações corpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtido a título gratuito estão registados pelo valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

## **Imobilizações em Curso**

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

## **Bens de Domínio Público**

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

## **Amortizações**

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série).

## **Acréscimos e Diferimentos**

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

## **Dívidas de terceiros e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros

## **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'P. Silva' and a signature.*



**8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira.**

O Município de Fornos de Algodres não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2017 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

**8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.**

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento registou, na sua totalidade, a aquisição de projetos.

**8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões**

**Ativo Bruto**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+Transferências	Saldo Final
<b>De Bens de domínio público</b>						
Terrenos e recursos naturais	226 045,44 €	- €	- €	- €	- €	226 045,44 €
Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	31 755 200,81 €	- €	356 876,91 €	- €	- €	32 112 077,72 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	148 274,73 €	- €	5 605,11 €	- €	- €	153 879,84 €
Outros bens de domínio público	2 519,67 €	- €	36 828,09 €	- €	- €	39 347,76 €
Imobilizações em Curso	187 326,08 €	- €	- €	- €	- €	187 326,08 €



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Adiantamentos por Conta de Bens de domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Subtotal</b>	<b>32 319 366,73 €</b>	<b>- €</b>	<b>399 310,11 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>32 718 676,84 €</b>

<b>De Imobilizações incorpóreas</b>						
Despesas de instalação	18 828,84 €	- €	8 689,95 €	- €	- €	27 518,79 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	125 618,01 €	- €	1 045,50 €	- €	- €	126 663,51 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €	- €	- €	- €	29 546,28 €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+Transferências	Saldo Final
Adiantamentos por conta de Imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €

<b>Subtotal</b>	<b>173 993,13 €</b>	<b>- €</b>	<b>9 735,45 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>183 728,58 €</b>
<b>De Imobilizações corpóreas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	1 350 677,00 €	- €	- €	- €	- €	1 350 677,00 €
Edifícios e Outras Construções	26 760 242,41 €	3 446,82 €	68 156,01 €	- €	- €	26 831 845,24 €
Equipamento Básico	678 235,36 €	136 790,50 €	34 997,90 €	- €	- 7 252,70 €	842 771,06 €
Equipamento de Transporte	1 122 409,64 €	- €	1 715,14 €	- €	- 38 250,00 €	1 085 874,78 €
Ferramentas e Utensílios	150 546,12 €	- €	1 187,00 €	- €	- €	151 733,12 €
Equipamento administrativo	1 056 685,08 €	- €	58 271,67 €	- €	- €	1 114 956,75 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	198 083,69 €	- €	2 163,50 €	- €	- €	200 247,19 €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Subtotal</b>	<b>31 316 879,30 €</b>	<b>140 237,32 €</b>	<b>166 491,22 €</b>	<b>- €</b>	<b>- 45 502,70 €</b>	<b>31 578 105,14 €</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>						
Partes de Capital	211 920,00 €	- €	- €	- €	- €	211 920,00 €
Obrigações e Títulos de Participação	319 911,26 €	- €	- €	- €	- €	319 911,26 €
<b>Rubricas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Reavaliação/Ajustamento</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Alienações</b>	<b>Sinistros+ Abates+Transferências</b>	<b>Saldo Final</b>
Investimentos em imóveis - Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Investimentos em imóveis - Edifícios e Outras Construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Aplicações Financeiras - Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Aplicações Financeiras - Títulos de Dívida Pública	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Aplicações Financeiras - Outros Títulos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>531 831,26 €</b>	<b>- €</b>	<b>€</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>531 831,26 €</b>

### Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De Bens de domínio público</b>				- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	17 656 310,08 €	1 621 209,18€	3.089,85 €	19 280 609,11 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	5 440,90 €	544,09 €	- €	5 984,99 €
Outros bens de domínio público	- €	- €	0	- €
<b>Subtotal</b>	<b>17 661 750,98 €</b>	<b>1 621 753,27 €</b>	<b>3.089,85€</b>	<b>19 286 594,10 €</b>

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De Imobilizações incorpóreas</b>				
Despesas de instalação	6 275,65 €	7 080,34 €	0	13 355,99 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	93 302,37 €	21 632,09 €	- €	114 934,46 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €		29 546,28 €
<b>Subtotal</b>	<b>129 124,30 €</b>	<b>28 712,43 €</b>	<b>- €</b>	<b>157 836,73 €</b>

<b>De Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	8 185,10 €	809,51 €	809,51 €	9.804,12 €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>				
Edifícios	4 776 070,73 €	412 771,40 €	- 809,51 €	5 188 032,62 €
Outras Construções	1 344 331,73 €	109 450,08 €	- 52 225,80 €	1 401 556,01 €
Equipamento Básico	463 122,62 €		86 290,99 €	549 413,61 €
Equipamento de Transporte	988 889,72 €	29 778,31 €	-38 250,00 €	980 418,03 €
Ferramentas e Utensílios	143 100,22 €	2 440,12 €	- €	145 540,34 €
Equipamento administrativo	1 010 681,42 €	- €	68 769,28 €	1 079 450,70 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	173 984,80 €	130 773,09 €	-110 087,17 €	194 670,72 €
<b>Subtotal</b>	<b>8 908 366,34 €</b>	<b>686 022,51 €</b>	<b>-45 502,70 €</b>	<b>9 548 886,15 €</b>

<b>De Investimentos em Imóveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>				
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções	- €	- €	- €	- €

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

	- €	- €	- €	- €
<b>De Investimentos Financeiros</b>				
Partes de Capital	- €	- €	- €	- €
Obrigações e Títulos de Participação	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €
Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €
Títulos da Dívida Pública	- €	- €	- €	- €
Outros Títulos	- €	- €	- €	- €

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### 8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Contudo, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício.

O ativo imobilizado integra alguns bens imóveis utilizados pelo Município, mas cujo registo da sua titularidade junto da Conservatória de Registo Predial ainda não foi efetuado, estando em curso os necessários procedimentos para a sua regularização.

#### 8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

- a) Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Encontram-se cedidos por contrato de concessão os equipamentos relativos à distribuição de Água em alta e às ETAR's

- b) Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável

- c) Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável





### 8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património e Aprovisionamento da autarquia.

A inventariação dos bens não valorizados foi realizada pela empresa Sight Portuguesa, Lda., estando os critérios e os motivos transcritos no relatório final.

### 8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	NIPC	Sede	Participação do Município
Águas do Zêzere e Côa	505115042	Guarda	116.550,00 €
RESIESTRELA	507718232	Covilhã	49.370,00 €
Terras Serranas, SA	506468801	Fornos de Algodres	22.500,00 €
Fornos Vida, SA	509814735	Fornos de Algodres	7.500,00 €
CESAB	502883308	Mealhada	16.000,00 €

### 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2017 ascende a 10.638,20€, relativas à faturação de água.

### 8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo para Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
<b>Garantias e Cauções</b>				
0.93	Garantias e Cauções de Terceiros			
.0932	Garantias e Cauções de Terceiros Prestadas	3 450,00		3 450,00
.09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	1 564 331,86		1 564 331,86
.09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado			

.09323	Prestadas por Outros Credores				
.0933	Garantias e Cauções de Terceiros Devolvidas				
.09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				
.09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				
.09333	Devolvidas a Outros Credores				
.0934	Garantias e Cauções de Terceiros Acionadas				
.09341	Acionadas a Fornecedores de c/c				
.09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				
.09343	Acionadas Outros Credores				
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		<b>1 567 781,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 567 781,86</b>
<b>Recibos para Cobrança</b>					
.092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)				
.0921	À Responsabilidade do Tesoureiro				
.0922	À Responsabilidade de Outros Agentes				
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>					
<b>Total</b>		<b>1 567 781,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 567 781,86</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Rps' and 'Mys'.*

### 8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria				- €
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	10 189,35 €	448,85 €		10 638,20 €
292 Provisões para Riscos e Encargos	3 428 168,74 €	445 404,15 €	68 142,00 €	3 805 430,89 €
39 Provisões para Depreciação de Existências				- €
49 Provisões para Investimentos Financeiros				- €
<b>Total</b>	<b>3 438 358,09 €</b>	<b>19 717,85 €</b>	<b>- €</b>	<b>3 458 075,94 €</b>

As provisões para riscos e encargos respeitam genericamente quer aos processos judiciais em curso relacionados com a não aceitação das faturas da Sociedade Águas do Zêzere e Côa, S.A. (atual Água de Lisboa e Vale do Tejo) quer quanto a processos judiciais em curso intentados contra o Município maioritariamente em exercícios anteriores.

### 8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	3 901 527,41 €			3 901 527,41 €
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas				
553 Outras variações nos capitais em empresas				
554 Depreciações				
57 Reservas				
571 Reservas legais				
575 Subsídios				
576 Doações				
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos				
578 Regularizações Entidades Participadas				
59 Resultados transitados	- 8 789 543,23 €	196 870,62 €	109 482,30 €	- 8 702 154,91 €
88 Resultado Líquido do exercício	59.723,15 €	69 762,36 €	59 723,15 €	69.762,36 €
<b>Total</b>	<b>- 4 828 292,67 €</b>	<b>266 632,98 €</b>	<b>169 205,45 €</b>	<b>- 4 730 865,14 €</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Pit' and 'Mest'.*

**8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
		€	€
Existências Iniciais	0,00		9 783,22
Compras	233 419,69		17 076,99
Regularização de existências	0,00		0,00
Existências finais	0,00		-9 105,89
<b>Custos no Exercício</b>	<b>233 419,69</b>		<b>17 754,32</b>

**8.2.30 – Demonstração da variação da produção**

Movimentos	Produtos acabados	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e Trabalhos em Curso	
			€	€
Existências Iniciais	0,00	0,00		0,00
Regularização de existências	0,00	0,00		0,00
Existências Iniciais	0,00	0,00		0,00
Aumento/Redução no Exercício	0,00	0,00		0,00

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros**

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
		€	€			€	€
681	Juros Suportados	541 927,94	591 343,16	781	Juros Obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	8 333,78	0,00
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Investimentos em Imóveis	230 001,41	230 676,14
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participação de Capital	0,00	0,00
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	6 690,50	6 387,20	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-310 283,25	-367 054,22	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00
	<b>Total</b>	<b>238 335,19</b>	<b>230 676,14</b>			<b>238 335,19</b>	<b>230 676,14</b>



### 8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
		€	€			€	€
691	Transferências de Capital Concedidas	20 050,00	0,00	791	Restituições de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em Existências	0,00	0,00	793	Ganhos em Existências	0,00	0,00
694	Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em Imobilizações	1 975,00	2 750,00
695	Multas e Penalidades	800,00	1 402,00	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	286,35	743,78
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	0,00	0,00	796	Reduções de Amortizações e Provisões	0,00	0,00
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	58 218,65	92 302,52	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	56 259,76	74 130,48
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	125,00	11 805,12	798	Outros Proveitos e Perdas Extraordinárias	681 003,07	682 171,01
	Resultados Extraordinários	660 330,53	654 285,63				
	<b>Total</b>	<b>739 524,18</b>	<b>759 795,27</b>			<b>739 524,18</b>	<b>759 795,27</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

### 8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

Atendendo ao previsto no artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, sempre que os Municípios se encontrem em situação de rutura financeira, têm de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e a recorrer ao FAM.

Ainda neste domínio, determina o artigo 23.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que os Municípios devem apresentar uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), a qual, e ao que agora importa, deve preparar um conjunto de medidas específicas e quantificadas tendentes à diminuição da dívida total até ao limite legal.

O Plano de Ajustamento Municipal foi visado em Sessão Diária de Visto da 1ª Secção do Tribunal de Contas em 17/03/2017, o qual prevê um empréstimo financiado diretamente pelo Fundo de Apoio Municipal até ao montante de 32.620.057 euros

O valor da assistência financeira no montante de 27.521.447,26 €, foi desembolsado pelo FAM a 15/05/2017. O referido valor de assistência financeira foi utilizado para amortização do empréstimo de reequilíbrio financeiro, em igual valor, na mesma data.

O 2º desembolso do PAM, ocorreu em 29/12/2017, no valor de 33.583,44 €, que será utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, com igual valor. A operação contabilística de lançamento e posterior pagamento, não foi efetuada no ano de 2017, devido à não inscrição da rubrica de despesa no orçamento do ano económico de 2017. Não foi possível aos serviços contabilísticos, preparar a revisão orçamental em tempo útil, pelo que, a referida despesa será liquidada no início do ano de 2018, no próximo relatório de monitorização do PAM, virá refletido o respetivo pagamento ao credor em causa.

A 20 de março de 2018, foi homologado pelo Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco o acordo relativo ao Processo judicial 99/15.5BECTB, que obriga o Município à liquidação de 68.142,00 €.

### 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*